

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATA DA 103ª. SESSÃO, EM 8 DE JANEIRO DE 1969

PRESIDÊNCIA DO MINISTRO GEN EX OLYMPIO MOURÃO FILHO

PROCURADOR-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR: DR NELSON BARBOSA SAMPAIO

SECRETÁRIO: DR CLÁUDIO ROSIÈRE, VICE-DIRETOR-GERAL

Compareceram os Ministros João Romeiro Neto, Pery Constant Bevilacqua, Armando Perdigão, Waldemar de Figueiredo Costa, Gabriel Grun Moss, Francisco de Assis Corrêa de Mello, Octacílio Terra Ururahy, Alcides Vieira Carneiro, Ernesto Geisel, Sylvio Monteiro Moutinho, Eraldo Gueiros Leite, João Mendes da Costa Filho, Mário Cavalcanti de Albuquerque e o Ministro convocado Waldemar Tôrres da Costa.

Às treze horas, havendo número legal, foi aberta a sessão.

Lida e sem debate, foi aprovada a ata da sessão anterior.

Foram, a seguir, relatados e julgados os seguintes processos:

RECURSO CRIMINAL

- 4 339 - Guanabara. Relator: Ministro Waldemar Tôrres. Recorrente: Wladimir Gracindo Soares Palmeira, por seu advogado. Recorrido: A decisão do CPJ da 2a. Aud/Mar., - que decretou a prisão preventiva do recorrente, por trinta dias, a contar de 18 de setembro de 1968, na forma do art 54, § 2º, do Decreto-Lei 314/67. - Contra os votos dos Ministros Mário Cavalcanti, Sylvio Moutinho e Mourão Filho, o Tribunal resolveu tomar conhecimento do Recurso. No mérito foi negado provimento ao Recurso, contra o voto do Ministro Pery Bevilacqua que concedia por excesso de prazo, sendo o réu pôsto em liberdade sem prejuízo do processo. (PRESIDÊNCIA DO MINISTRO ROMEIRO NETO).

REPRESENTAÇÃO

- 850 - Guanabara. Relator: Ministro João Mendes. O Dr. Procurador Militar da 2a. Aud/1a. RM, com fundamento nos arts 104, inciso V, 105, inciso IV do CPM e 340 do CJM, requer a extinção da punibilidade pela prescrição nos autos do processo referente a Fernando Mário Pinto de Almeida ou Fernando de Almeida e Ageu Jerônimo de Souza, reveis, condenados respectivamente a 7 anos, 9 meses e 10 dias e a 4 anos de reclusão, o primeiro incurso nos arts 244 comb com o art 66, § 2º e 314 e o segundo no art 314, tudo do CPM, por sentença do CEJ da 2a. Aud/1a. RM, de 16.6.1947. - Unanimemente deferida para declarar extinta a punibilidade pela prescrição. (PRESIDÊNCIA DO MINISTRO ROMEIRO NETO).

APELAÇÃO

- 36 977 - Guanabara. Relator: Ministro Figueiredo Costa. Revisor: Ministro João Mendes. Apelante: Rubem Teixeira Vasconcelos, condenado a seis meses de prisão, incurso no art 163 do CPM. Apelada: A Sentença do CPJ da 1a. Aud/Mar., de 25.9.68. - Unanimemente negado provimento à apelação. (PRESIDÊNCIA DO MINISTRO ROMEIRO NETO).
- 36 964 - Guanabara. Relator: Ministro Ernesto Geisel. Revisor: Ministro João Mendes. Apelante: Isaias Lopes, soldado, condenado a 9 meses de prisão incurso no art 163 comb com o nº I do art 62, do CPM. Apelada: A Sentença do CJ da ESIE, de 25.9.68. - Unanimemente dado provimento em parte para reduzir a pena para 7 meses. -- (PRESIDÊNCIA DO MINISTRO ROMEIRO NETO).

(Cont. da ata da 108a. sessão, em 8 de janeiro de 1969)

- 36 962 - Pernambuco. Relator: Ministro Pery Bevilacqua. Revisor: Ministro João Mendes. Apolante: Severino Ramos da Silva, soldado, condenado a 4 meses de prisão, incurso no art 159 comb com o item I do art 62 e letras "a" e "b" do item II do art 54, do CPM. Apelada: 1. Sentença do CJ do CPOR de Recife, de 27.9.68.- Unânimemente negado provimento à apelação. (NÃO VOTOU O MINISTRO ALCIDES CARNEIRO)-(PRESIDÊNCIA DO MINISTRO ROMEIRO NETO)

HABEAS-CORPUS

- 29 883 - Guanabara. Relator: Ministro Armando Ferdigão. Paciente: João Firmino. Impetrante: Antonio L. Fernandes. - adv. - Concedida a ordem contra os votos dos Ministros Gueiros Leite e Grun Moss, por excesso de prazo, sem prejuízo do processo. Os Ministros Waldemar Tórres e Terra Ururahy concederam por estar o paciente prêsolá três meses, sem processo formado. (NÃO VOTARAM OS MINISTROS ALCIDES CARNEIRO e JOÃO MENDES)-(PRESIDÊNCIA DO MINISTRO ROMEIRO NETO).

EMBARGOS

- 36 698 - Guanabara. Relator: Ministro Waldemar Tórres. Revisor: Ministro Pery Bevilacqua. Embargante: Luiz Carlos Nunes, soldado FN, condenado a 17 meses de detenção, incurso no art 181 § 3º comb com o § 4º do mesmo dispositivo penal, com a agravante do art 59 letra "k" e a atenuante do art 62, inciso I, tudo do CPM. Embargado: O Acórdão do STM, de 15.7.68. - Por maioria foram desprezados os Embargos. Os Ministros Waldemar Tórres, Mário Cavalcanti, e Corrêa de Mello recebiam para reduzir a 14 meses. (NÃO VOTARAM OS MINISTROS ALCIDES CARNEIRO e JOÃO MENDES)-(PRESIDÊNCIA DO MINISTRO ROMEIRO NETO).

HABEAS-CORPUS

- 29 868 - Guanabara. Relator: Ministro Pery Bevilacqua. Paciente Wilson Alves. Impetrante: Jorge Lopes Pinto, adv. - Por maioria, o Tribunal considerou prejudicado o HC contra os votos dos Ministros Pery Bevilacqua, Figueiredo Costa e Sylvio Moutinho que concediam a Ordem para cessar imediatamente a incomunicabilidade caso ainda persistisse; e Waldemar Tórres e Mário Cavalcanti que determinavam cessar imediatamente a incomunicabilidade não cabendo ponderações, por parte da autoridade coatora. O Ministro Pery Bevilacqua determinava ainda fôsse o STM informado da data e hora da cessação da incomunicabilidade. (NÃO VOTARAM OS MINISTROS ALCIDES CARNEIRO e JOÃO MENDES)-(PRESIDÊNCIA DO MINISTRO ROMEIRO NETO).

A Sessão foi encerrada às 18.00 horas, com os seguintes processos em mesa:

HABEAS-CORPUS 29 878(WT) REC.CRIMINAIS 4328(GL) 4 340(JM)

REPRESENTAÇÃO 853(AC) - INQUÉRITO 147(GL)

APELAÇÕES

36 949(AP/LT)-3a./1a.	33
36 968(GL/AP)-3a./1a.	30
36 902(GL/EG)-2a./1a.	7679
36 716(GL/SM)-Aud/7a.	39
36 781(GL/GM)-1a./3a.	48
36 762(GL/SM)-2a./1a.	7473
36 692(GL/FC)-2a./1a.	781
36 934(GL/GM)-2a./Mar	396
36 950(GL/FC)-1a./4er	26
36 945(WT/TU)-1a./1a.	30
36 903(JM/CM)-Aud/8a.	59
36 963(JM/PB)-Aud/5a.	459

